





Foto: Maria Simões



REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO RIO GRANDE DO NORTE

FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902

Nº 96

2018

**Catálogo da publicação na fonte.**  
**Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva - CRB 15/692.**

---

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN / Instituto Histórico e Geográfico do RN. - v. 1 (1903). Unigráfica. Natal: IHGRN, 1903.

v. 96 (Janeiro/Fevereiro/Março de 2018).

214 p.:il.

ISSN: 2526-4958

Trimestral

1. História - periódico. 2. Geografia. 3. Genealogia. 4. Antropologia. 5. Rio Grande do Norte. I. Instituto Histórico e Geográfico do RN.

CDU 9 (813.2)

# Índice

- 07 Editorial  
*Gustavo Sobral, o editor.*
- 11 Primeiro Capítulo de um Livro que o Autor  
não Escreveu por Inútil  
*Polycarpo Feitosa*
- 21 Notas sobre imprensa, boemia e humor na  
Jerimunlândia  
*Cellina Rodrigues Muniz*
- 33 O bonde da força e luz  
*Francisco de Assis Câmara*
- 37 Memórias  
*Valério Mesquita*
- 41 A Câmara de Caicó, as pessoas e os outros  
animais (século XIX)  
*Muirakytan K. de Macêdo*
- 47 O Hino do Rio Grande do Norte  
*André Felipe Pignataro Furtado de Mendonça e Menezes*
- 55 A Capela dos Santos Reis  
*Hélio Galvão*

- 65 Sanderson Negreiros, a arte da entrevista  
na compreensão do ser humano  
*Vicente Serejo*
- 79 O manuscrito de  
Manoel Maurício Correia de Sousa  
*João Felipe da Trindade*  
*André Felipe Pignataro Furtado de Mendonça e Menezes*
- 97 Índice bibliográfico de autores e temas  
Norte-riograndenses na revista do IHGB  
*Gustavo Sobral*  
*Igor Oliveira*
- 105 Nossas Velhas Figuras  
*Especial*
- 115 A trajetória do goianense Augusto Carlos  
de Vasconcellos Monteiro  
*Ormuz Barbalho Simonetti*
- 119 Padre Luiz Monte  
*Jurandy Navarro*
- 121 Edgar Barbosa, um Semeador de Cultura  
*Francisco de Assis Câmara*
- 125 Floriano Cavalcanti  
de Albuquerque  
*Carlos Roberto de Miranda Gomes*
- 128 Manoel Rodrigues de Melo, um Intelectual  
Telúrico e Abnegado  
*Itamar de Souza*

- 131 Eloy de Souza  
*Maria Conceição Maciel Filgueira*
- 135 Maria do Santíssimo, uma Pintora Popular  
*Iaperi Araújo*
- 142 A Notícia da Partida, Homenagem a Paulo Frassinete Bezerra  
*Fernando Antonio Bezerra*
- 145 Pedro Velho, entre o Poder e a Arte  
*Lívio Oliveira*
- 147 Admirador das Virtudes do Marques de Paranaguá, Manoel Hemetério Raposo de Melo  
*Gustavo Sobral*
- 149 Professora Albertina Guilherme  
*Jurandy Navarro*
- 152 Octacílio Alecrim, em Busca do Passado  
*Cícero Macedo Filho*
- 157 José Melquíades de Macêdo  
*José Ferreira da Rocha*
- 160 Olavo de Medeiros Filho  
*Roselia Cristina de Oliveira*
- 167 Discurso do Presidente  
*Ormuz Barbalho Simonetti*
- 170 Avante Instituto – 115 anos de existência  
*Odílio Botelho Medeiros*

- 174 Discurso de Posse  
*Padre Bianor Francisco de Lima Júnior*
- 177 Discurso na Reabertura do IHGRN  
*Ormuz Barbalho Simonetti*
- 182 Discurso dos amigos do IHGRN  
*Júlia Arruda*
- 184 Discurso de Posse  
*André Felipe Pignataro Furtado de Mendonça e Menezes*
- 186 Relatório da Biblioteca, Arquivo e Museu  
*Gustavo Sobral*  
*Igor Oliveira da Silva*
- 198 Relatório da Participação no VI Congresso  
Nordestino de Institutos Históricos  
*Gustavo Sobral*
- 209 Eu Vi o “Poder Jovem” Chorando  
Lacrimogênio num Boulevard de Paris  
*Rejane Lopes Cardoso*

# Editorial

## **Gustavo Sobral, o editor.**

Chegamos a edição 96, resultado de uma longa história que começa em 1903. O processo de digitalização pelo qual passa o nosso acervo já permite a consulta, dos primeiros exemplares e subsequentes, na página da instituição [www.ihgrn.org.br](http://www.ihgrn.org.br), seção repositório, resultado da parceria IHGRN e Labim/UFRN, ao comando da professora Íris Álvares.

Esta edição marca o processo e continuidade de renovação editorial e gráfica que propomos na última edição que publicamos, a 95, comemorativa aos 150 anos de Manoel Dantas. As seções reúnem artigos e ensaios. A revista contempla história, geografia, patrimônio, genealogia, bibliografia, biografia e memória, vocacionada a ser uma revista sobre temas do Rio Grande do Norte.

Retomamos o processo de contato com os Institutos Históricos estaduais do Brasil, remetendo a última edição da nossa revista e por ela temos recebido os cumprimentos pelo empenho e novidade na linha editorial e gráfica, nova e arrojada. É que estamos pensando e construindo um IHGRN para os próximos 115 anos. E estamos trabalhando para isso. E muito.

Nesta edição (você verá no índice), além dos costumeiros artigos e os ensaios sobre temas Norte-riograndenses, de autores de ontem e de hoje, um constante diálogo entre o passado e o presente, proposta atual desta revista, apresentamos um especial sobre as nossas velhas figuras em artigos e perfis de autores diversos que escreveram sobre nomes do Rio Grande do Norte.

Aqui também reproduzimos um ensaio visual de autoria de Maria Simões, resultado da presença destas velhas figuras no nosso acervo. São os bustos e telas que compõem o nosso museu, cuja história, em parte, está no

catálogo que editamos, o primeiro da Casa da Memória, para folhear e andar pelos caminhos do passado nas peças que compõem o IHGRN.

Homenageamos o jornalista e grande figura intelectual deste Estado, Sander-son Negreiros, pela lente de Vicente Serejo; contamos a história do hino do RN; e a Natal do passado em ângulos diversos; ouvimos Hélio Galvão falar da capelinha da Fortaleza dos Reis Magos, andamos pelo velho sertão; e resgatamos a importância dos documentos e da pesquisa ao publicar inéditos. Aliás, uma vocação desta revista que deve ser além da novidade, a relevância.

São eles: um levantamento bibliográfico minucioso nas mais de quatrocentas edições da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procurando temas e autores do Rio Grande do Norte; e, por iniciativa e trabalho de João Felipe da Trindade e André Felipe Pignataro, resgatamos e tornamos público, pela primeira vez, um documento de suma importância para a nossa história, agora acessível na nossa revista a todo pesquisador. E assim cumprimos o nosso papel estatutário e o nosso dever: divulgar e promover a história do RN.

Não esquecemos os expedientes e atividades da casa e reunimos os últimos discursos das seções e solenidades, registrando a história do presente; trouxemos o relatório das atividades da Biblioteca, Arquivo e Museu e da participação do nosso instituto no VI Congresso de Institutos que aconteceu em Recife/PE; por fim, voltamos a maio de 1968 no depoimento pessoal de Rejane Cardoso. Só resta dizer que a capa da revista reproduz uma raridade do nosso acervo que publicamos pela primeira vez: a fotografia dos fundadores no momento em que tudo isto aqui começou e a razão de ser de hoje estarmos aqui.

# Artigos e Ensaaios



# Vida Potiguar

## Primeiro Capítulo de um Livro que o Autor não Escreveu por Inútil

### **Polycarpo Feitosa**

*Polycarpo Feitosa é o pseudônimo de Antonio José de Melo e Souza (1867 – 1955), político, governador do Estado do Rio Grande do Norte por dois mandatos. Romancista, contista, poeta e memorialista, Vida Potiguar é um retrato da cidade que o autor publicou em 1899.*

O que o estrangeiro não vê. – A Cidade – O essencialmente agrícola – A falta de iniciativa – O título de eleitor – As Classes – Os transeuntes – O empregado público – As repartições – federais e estaduais – O prestígio do estrangeiro – A fala atravessada – A flor dos costumes.

Quisera bem saber qual é a primeira e, portanto, segundo dizia do pensamento aquela velha raposa Talleyrand, a melhor impressão que sente o estrangeiro ou o brasileiro do sul quando, aportando às plagas potiguares, pisa pela primeira vez o solo do cais Pedro de Barros ou aquela arapuca da Alfândega.

Ponho de parte e, pois dispenso-me de saber a opinião daqueles que já trazem informações, que “já sabiam o que isto era” como eles dizem.

Ao aproximar-se do nosso porto o estrangeiro não vê logo o que, antes de tudo, esperava ver, aquilo que com tanto e tão louvável entusiasmo viram em outros pontos da costa tão vasta do nosso Brasil, os Agassiz, os de La Hure e outros que pouco mais acharam, ou antes, nada mais acharam para admirar: a vegetação luxuriante, a floresta esplêndida, sombria e intrincada, cuja verdura incomparável e perpétua tanto seduz os que nasceram e cresceram nesses amáveis climas onde uma temperatura de 2º acima de zero é doce e amena...

Outra coisa que o estrangeiro não vê é a cidade.

O habitante do interior, o matuto que tem tantas vezes uma linguagem original, pitoresca ou expressiva, chama isto aqui – a cidade: “Brevemente irei à Cidade” “Na semana passada estive na cidade...” etc.

Para ele é a cidade por excelência, a metrópole indígena, onde vem comprar o que precisa e saber notícias da política, que são-lhe tão indispensáveis como a alimentação e o vestuário.

Costuma-se dizer por aí, entre cem outras afirmações consagradas e gratuitas, que o país é essencialmente agrícola e, portanto, o povo essencialmente agricultor. Não há tal.

O que o brasileiro é, acima de tudo, o potiguar principalmente, é um povo político. Mas não é aqui o lugar para tratar disto.

A modesta capital, dividida em dois pequenos bairros de ruas impossíveis, ou sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta, sem edifícios, sem jardins, com pequeno comércio e nenhuma indústria, parecerá mais uma vila pacata de interior do que uma capital marítima.

Sem iniciativa para empreendimento de qualquer natureza, sem coragem para mais trabalho além daquele que lhe é absolutamente indispensável para subsistir, não tendo, em regra, outras aspirações que não sejam possuir alguma coisa e ser alguém na política, o potiguar vive como quem espera que os melhoramentos de qualquer espécie, os benefícios, o progresso lhe caiam prontos e sem trabalho seu, do alto do céu ou do alto do governo. E é este, penso eu, o vício fundamental da educação indígena.

A iniciativa do indivíduo, a coragem e a confiança de lançar-se ao trabalho, arriscando pequenos capitais de que disponha, fazendo voluntário sacrifício dos seus cômodos, do seu descuidoso viver de habitante de um país onde a vida é fácil, essa iniciativa tão proveitosa e fecunda que caracteriza o norte-americano, o Norte-rio-grandense, feitas pouquíssimas exceções, não conhece.

O comércio ou o emprego público são em geral e conforme, ao começar a vida, tem ou não alguma coisa de seu, os únicos meios que procura para viver.

A agricultura cada dia, em vez de aumentar o número dos que a ela se dedicam, porque, afinal de contas, com a índole do povo, é a única de que poderá vir ainda um futuro melhor, vê, pelo contrário, desertarem os braços para a vida mais descansada do pequeno comércio e do emprego público sem carreira.

Num estado como este, onde, efetivamente, e graças em primeiro lugar à falta de iniciativa de que há pouco falou-se, a agricultura, além de ignorante e atrasadíssima, vive cercada por obstáculos de toda espécie que impedem o seu desenvolvimento normal, obstáculos produzidos pela falta de comércio direto com os mercados consumidores, pela falta de capitais, pequenos embora que a auxiliem – neste estado agrícola só é agricultor quem, bem examinadas as coisas, sem proteção, sem dinheiro e sem ao menos saber assinar o nome para arrumar um emprego, não vê meio de ser outra coisa...

A vida social, se por tal estende-se a colaboração de todos para o bem estar da coletividade, da qual naturalmente, resultará o bem estar de cada um; se tal é a ação do espírito de solidariedade inquebrantável e irresistível de todos por um e de um por todos, essa vida social nós não a temos.

Sob este ponto de vista parece que o potiguar é mais adiantado do que os da vanguarda deste século de egoísmo, de individualismo, de cada um por si e o diabo que carregue os outros.

Além da solidariedade política – e essa mesma essencialmente condicional e mudável – não há nenhuma outra, nem ainda religiosa.

Não há espírito de associação para fim algum, científico ou literário, moral ou religioso, filantrópico ou de mútua beneficência.

Vivendo para si e os seus, o que, todavia, não está demonstrado que seja em todos os pontos incompatível com altruísmo, sem grandes aspirações de espécie alguma, pobre, sem iniciativa, qual é o futuro do patrício?

Além do tempo que consagra ao trabalho indispensável para a manutenção própria e da família, ele só dedica uma parte do resto à política. Ainda quando viva da agricultura, do comércio ou da pequena indústria, as profissões menos relacionadas com a referida política (digo menos relacionadas, porque aqui, é característico, todos os são) e únicas que podem dar-lhe tal ou qual independência, ele não pode, por índole, por educação e por hábito, deixar, um dia que seja, de preocupar-se com ela.

Para o potiguar o título de eleitor não é precisamente o documento público que o habilita ao exercício de um direito político – o de tomar parte, como cidadão no governo de seu país, elegendo aqueles que têm de fazer as leis e os que deverão executá-las; o título é principalmente um diploma que lhe dá o direito à consideração dos chefes, à esperança de um emprego, ao agrado dos cabalistas em vésperas de eleição, a uma patente da Guarda Nacional e a muitas outras coisas elevadas e superfinas...

Assim, se os pais não são geralmente tão solícitos quanto seria para desejar em fornecer aos filhos uma educação e uma instrução compatíveis com as suas posses e com o meio em que vivem, todavia não esquecem a obtenção, quase sempre antes da idade legal, por meio de toda espécie de arranjos, inclusive certidões mais que duvidosas, do tão almejado título de eleitor. Daí, entre outras glórias que indiscutivelmente cabem ao potiguar, como a de ser patrício de Miguelinho e Camarão, o direito de assistir-lhe à glória industrial e política da fabricação, em larga escala, dos bens conhecidos fósforos eleitorais.

Parecer escusado notar que, fazendo generalizações desta natureza, entendo ficarem sempre devidamente ressalvadas as competentes e um pouco raras exceções.

A predisposição política faz de tal modo parte integrante, inseparável, da índole do indígena que, ainda nos tempos “ominosos” em que o Rio Grande do Norte era uma reles província, burgo-podre onde os filhotes de alto coturno vinham fazer aprendizagem do grande curso de trapaças de maquinações e de politicagem sórdida que, com o tempo, deveriam infalivelmente guinda-los aos cimos do poder, naqueles tempos, digo eu, já havia, e não poucas, fábricas de fósforos devidamente privilegia-

das com gerentes diversos (conforme o partido que estava de cima) e com garantia do governo.

A capital, além dos negociantes e dos soldados, é composta quase exclusivamente de empregados públicos.

Nas ruas, oitenta por cento dos transeuntes, cheios de si, olhando de alto para o próximo e só cumprimentando os superiores, são empregados. Há os federais, estaduais, municipais; e cada uma dessas administrações tem um exército deles.

Falei em transeuntes cheios de si. Creio não exagerar afirmando que um dos mais evidentes e mais cômicos característicos da terra, principalmente na classe mais avultada, do funcionalismo, é justamente essa proa (permitam a expressão popular porque é pitoresca e expressiva) que os patrícios erguem em público.

O indivíduo que anda na rua traz quase sempre – porque não direi sempre? – uma cara de circunstância. Própria para a rua, como o casaco e o chapéu; carregada ou zombeteira, simplesmente circunspecta, afável ou apalermada, nunca é, e aqui menos que em qualquer outra parte, a cara caseira, comoda, à fresca, do interior do lar.

O tipo mais comum do frontispício indígena é um misto de superioridade própria aliada ao desprezo ou pouco caso do próximo. Vejam vossas mercês ali aquele sujeito que passa, teso como um poste ambulante, olhando carrancudo ou desprezador para os outros. Pensam que é alguém? Acham que dentro daquela proa vai um grande saber ou um brilhante talento, um elevado poder ou, ao menos, a representação de um gordo cofre repleto do vil dinheiro?

Não é ninguém, meus amigos: um empregado qualquer, com obrigação das dez às três e cento e cinquenta ou duzentos mil reis de ordenado mensal.

Vêem aquele outro que aborda o amigo negociante com uma superioridade protetora e condescendente para dar-lhe dois dedos de prosa?

Deve-lhe, a meses, uma continha, ou pretende abrir outra.

A tal superioridade vê-se a cada passo nos cumprimentos de urbanidade usados, ou que deveriam ser usados na rua. É comum encontrarem-se dois sujeitos conhecidos e não cumprimentarem-se porque cada um espera que o outro o faça primeiro.

E muitas vezes o cumprimento é feito de tal modo, com tão manifesta mal vontade e tanto aborrecimento que, para mim, seria preferível não fazer nenhum.

Indivíduos há que levam a mão à aba do chapéu como quem faz o conhecido gesto ao qual, nunca pude saber porque, deram o nome de uma fruta. Outros (ou esses mesmos) dizem “Bom dia” ou “Boa noite” como quem diria “Vá para o diabo que o carregue” ou semelhante amabilidade. Outros, em posição social reputada inferior, e esses são em grande número, deixam de cumprimentar um indivíduo de posição mais elevada, que conhecem bem e do qual não tem o mínimo motivo de queixa, para não passar em por adulares... Verdade é que os tais superiores são algumas vezes tão tolamente orgulhosos que pode ser justo aquele procedimento.

Em casa porém, o potiguar, como todo brasileiro, é afável, cortês e generoso, às vezes em demasia, cheio de oferecimentos instantes, de “pois não”, de “está às suas ordens”, e convidando para jantar com a máxima facilidade o simples conhecimento que ali veio a negócio, sem lembrar-se dos apertos em que poderá colocar a dona da casa, a qual muitas vezes só tem a costumeira carne seca com feijão dos dias ordinários.

O empregado público é um sujeito que pode ser atencioso em sua casa, obsequiador até, como os outros patrícios; mas, entrando na repartição respectiva, só conhece o colega e recebe de sobrolho carregado ou de lábio franzido, conforme o gênio, a todo aquele que precisa penetrar nos santuários augustos do papelório e tratar um assunto qualquer com algum dos seus sagrados levitas.

Esses veneráveis sacerdotes, sentados à competente banca – quais pontífices ante sacratíssimas aras – refletindo, após o sacrifício solene, nos profundos mistérios do Altíssimos (às vezes é sobre a hora em que fechará a repartição, o que haverá em casa para o jantar, ou como diabo farão as suas arrumações com o magro ordenado no princípio do mês próximo) recebem a infeliz parte que tem negócios a tratar com o mau humor próprio de todo aquele que, tendo o pensamento abismado em reflexões transcendentales sobre a contingência das coisas humanas, ou sobre as condições altamente bicudas em que hoje acham-se as divinas, vê-se de repente chamado a baixar à reles realidade de um despacho ou de uma certidão verbo ad verbum.

Outros há, de índole menos contemplativa, que, rabiscando arabescos no al-maço da repartição, saboreando a leitura espantosamente instrutiva de um Es-

crich ou de um Montépin, ou simplesmente escrevendo à menina um bilheteinho doce, fazem rapidamente desaparecer, ao aproximar-se a parte, todos esses indícios de humanidade vulgar e, com a pena presa à orelha ou aos dentes, abrindo grossos livros aparatosamente colocados ao alcance da mão, mergulham convenientemente, como marrecas perseguidas, nas incomensuráveis profundezas de um trabalho absorvente, que não é fácil fazê-los deixar para atenderem ao perturbador daquelas tão doces ocupações.

Quando estão sós, livres das partes e da presença, nem sempre muito agradável, do chefe, o caso muda de figura. Arma-se a prosa com a mesma sem cerimônia de uma calçada ou de um fundo de bodega, de cigarro entre o indicador e o médio ou entre aquele e o polegar (é conforme) e analisam-se fatos ou indivíduos, comentam-se sucessos, fazem-se conjecturas, aventam-se hipóteses, elaboram-se planos, planta-se a semente fecunda do boato.... enquanto as moscas pousam sobre os grossos livros aparatosos e sobe ao teto em variadas aspirais o fumo pardo dos cigarros.

Às duas ou às três da tarde, fechada a repartição, e quando ele, aceso novo cigarro e aberto o chapéu de sol indispensável, pois que é mais fácil a um burguês de cidade pequena não ter o que comer do que faltar-lhe o indefectível traste com que anda até a noite, quando depois de ter fumado uma dúzia de cigarros, rabiscado algumas folhas de almanaque com exercícios caligráficos, palavras simpáticas, e nomes, entre os quais o seu avulta infinitamente; depois de ter bocejado, dito mal do próximo, principalmente dos amigos, aborrecido duas ou três pobres partes.

Entre o amigo em uma repartição federal e, a não ser que seja um dos escolhidos a quem eles, por condescendência inapreciável e rara, distinguem com a sua amizade protetora, verá.

Começa por não lhe darem atenção; tanto faz que vossa mercê entre ali como mais uma das moscas que pousam sobre os livros aparatosos; e se não tiver um conhecido que o proteja, ou não souber manobrar de modo a deixar bem patente que se curva com humildade, ante a independência e a majestade augusta do federal, que se confessa um mendigo a implorar, como favor imerecido e imenso que lhe dêem atenção, correrá sérios riscos de só obter, com muita demora e infinitas protelações, depois de passar por muitos aborrecimentos e suportar muita malcriação, aquilo a

que a lei lhe dá direito e que, em virtude da mesma lei, o dito federal é obrigado a fazer.

Parece escusado estar repetindo que há exceções, como em todas as regras; o comum, o geral é que é isso.

Empregados há, máxime entre os estaduais, a quem não se afigura incompatível a altivez natural em todo homem e nem até mais alguma que se julguem com direito de ostentar em virtude das funções que exercem, com a urbanidade e cortesia que lhes impõem tanto o mais velho dos códigos do bom tom, como quaisquer dos regulamentos que prescrevem-lhes os deveres funcionais.

Mas o federal, apesar da sua elevação, não é quem maior soma de prestígio goza na terra de Miguelinho. E o estrangeiro.

Cuido às vezes, ao procurar as causas, tão obscuras quanto formidáveis, dessa distinta consideração que cerca o marinheiro, nas injustíssimas acusações de bairristas que fazem ao potiguar.

Bairrista! Mil vezes não! Por índole, por educação ou pelo que for, não há alguém mais apreciador do que é de fora, pessoa ou coisa, e, como consequência (?) mais depreciador do que é da terra, que ele.

Basta que o sujeito não tenha aberto os olhos à luz tão pura e tão forte do céu indígena, basta que tenha lhe chegado aqui a bordo de qualquer costeiro ou qualquer Lloyd, para que seja talentoso, ilustrado, ou...rico.

Com uma excessiva desconfiança de si próprio, que parece ser também um dos elementos do seu caráter, o potiguar é propenso a considerar irresistivelmente o estrangeiro, o desconhecido como superior, como capaz, e respeita-o pelo menos enquanto não convencer-se de que o tal estrangeiro é igual ou inferior a si mesmo.

E, se além de ter vindo em algum dos mencionados veículos, se além de chegar todo emproado e olhando por cima do ombro desdenhosamente levantado, se além de ser malcriado, o sujeito fala atravessado, então, nem digo nada a vossas mercês; ele é tudo, fará o que quiser e tudo o que fizer será olhado como o suprasumum da distinção, da elegância, do saber ou da força.

Bife, galego ou carcamano, o principal é falar atravessado.

Seja mal educado, não ceda o passo a ninguém, nem ainda a uma senhora, entre no vagão da estrada de ferro pisando duro, aos berros, sem cumprimentar, ocupe dois ou três lugares com a mala de mão ou o guarda-chuva, estire as pernas, arrume os pés sobre o banco próximo, faça enfim o que lhe vier às ventas, sem procurar saber se incomoda o vizinho com os ditos pés, ou a vizinha com o fumo do cigarro ou do charuto que traz, e será olhado com respeito e admiração.

Depois de tantas provas da superior educação dos grandes centros, se até falar atravessado e por monossílabos... oh, yes, ali righth, goddamm, etc... pode dizer que está em sua casa, at home, e que nada faltar-lhe-á, nem as atenções, nem os serviços.

Para prova basta ver como os snobs da elegância e da alta roda indígena procuram imitar esses modos. Para nós, ordinariamente, o sujeito que pretende mostrar uns tantos sinais de boa educação e de gentileza ou é ridicularizado, ou, como ficou dito, chamado adulator.

O fino, entende-se principalmente com a parte jovem da sociedade indígena, a quem maiormente cabem essas carapuças... é não cumprimentar, é soltar grossas baforadas de fumo ordinário sem reparar que há senhoras próximas, é escarnecer, é fazer pouco caso, em suma.

Se um indivíduo que encontram ocupa alta posição na sociedade, se é uma autoridade, é indispensável afetar pouco caso, nenhum respeito, para ficar bem patente, bem claro, que “não têm medo dele”, que “é um homem como os outros...”